

Acordo
01/02/2017

REGULAMENTO INTERNO | RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DOS SASIPC

REGULAMENTO INTERNO DAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DOS SASPC



Artigo 1º

Objetivos

1. As residências destinam-se a alojar estudantes matriculados vs inscritos nas unidades de ensino pertencentes ao Instituto Politécnico de Coimbra.
2. As residências deverão proporcionar aos estudantes alojados condições de estudo e bem-estar, constituindo para os SASIPC um dos meios tendentes a proporcionar a integração de estudantes no Ensino Superior Politécnico.
3. Os SASIPC reservam anualmente o número de camas indispensáveis ao cumprimento dos acordos estabelecidos, nomeadamente, os resultantes dos *Programas de Mobilidade de Estudantes*.

Artigo 2º

Condições de candidatura

Podem candidatar-se a alojamento nas residências dos SASIPC os estudantes do IPC, de outras Instituições de Ensino Superior ou de entidades com as quais se tenha estabelecido protocolos de cooperação.

Artigo 3º

CrITÉRIOS de admissão


1. Findo cada prazo de candidatura os SASIPC divulgam, na sua página oficial, listagens dos candidatos ordenadas de acordo com o seguinte critério: colocados; suplentes; não colocados vs rejeitadas.
2. É critério de exclusão possuir dívidas aos SASIPC, estar a decorrer período de suspensão da qualidade de residente ou, no ano letivo anterior ter sido convocado (até 31 de dezembro) para o alojamento e não ter aceite a colocação, nem dado qualquer resposta vs justificação aos SASIPC;
3. Critérios de ordenação:
 - 3.1 Estudantes bolseiros
 - a. Estudante deslocado;
 - b. Bolseiro(a) alojado(a) em residência dos SASIPC no ano letivo anterior àquele para o qual se (re)candidata;
 - c. Estudantes com situação social e económica desfavorecida, tendo prioridade os detentores de rendimentos "*per capita*" mais baixos;
 - d. Estudantes com situações de desajustamento familiar.
 - 3.2 Estudantes *não bolseiros*

Sempre que existam vagas nas residências, estas poderão ser disponibilizadas aos *candidatos não bolseiros*, devendo-se seguir os critérios de ordenação supramencionados, quando aplicáveis.
4. Poderá ser autorizada a permanência no alojamento, até 31 de Dezembro, aos estudantes que expressamente o solicitem e que se encontrem em fase de conclusão do seu ciclo de estudos.

Artigo 4º

Mensalidades e outros encargos

1. Os montantes das mensalidades são os aprovados pelo Presidente do IPC no início de cada ano letivo.
2. O valor da mensalidade a pagar por cada residente decorre da análise técnica da sua candidatura a bolsa de estudo submetida (ou não) para o ano letivo ao qual respeita o período de alojamento. O residente será, então, enquadrado numa das seguintes situações: *bolseiro* ou *não bolseiro*.
3. As mensalidades deverão ser pagas:
 - 3.1 Até ao dia 8 do mês a que respeitam, no caso dos não bolseiros;
 - 3.2 Até ao 3º dia após o recebimento da bolsa de estudo, no caso dos bolseiros;

- 
4. Antes de entrar para a residência o(a) estudante(a) terá que proceder ao pagamento de um depósito/caução no valor anualmente fixado. Este depósito/ caução destina-se a cobrir eventuais danos que o estudante venha a causar nas instalações, no equipamento ou em bens dos SASIPC ou nos pertences de outros residentes. Servirá também, para o ressarcimento de despesas acrescidas de limpeza nas áreas de inteira responsabilidade do residente. O depósito/caução será devolvido ao residente após o ato de saída e mediante a verificação dos procedimentos internos para o efeito, nomeadamente, a inexistência de dívidas e de danos.
 5. Qualquer estudante que venha a ser (re)alojado(a), poderá solicitar, por escrito, aos SASIPC, a transferência do valor da caução para o ano letivo seguinte.
 6. Sempre que seja retirada qualquer importância do depósito/caução, o(a) estudante será notificado por: *e-mail* ou aviso a afixar no(a) bloco/ residência.
 7. Nos casos em que o depósito/caução não seja suficiente para o ressarcimento dos prejuízos causados, o(a) estudante responsável pelo dano será devidamente notificado para que, no prazo estabelecido pelos SASIPC, proceda à reposição da importância em falta.
 8. O(a) estudante perde o direito a residir caso acumule duas mensalidades em dívida ou se recuse a repor o montante do depósito/caução.
 9. Quando na origem da falta de pagamento estiverem motivos não imputáveis ao/à residente, este(a) deverá expor a situação, por escrito, para que possa ser objeto de análise.
 10. Cada estudante residente terá que liquidar as mensalidades respeitantes ao alojamento no período compreendido entre o mês em que indica a entrada e o mês correspondente à sua saída efetiva.

Artigo 5º

Funcionamento

1. O funcionamento das residências é assegurado pelos residentes e pelo(a)s colaborador(a)s dos SASIPC que nelas prestam serviço, a quem competirá:
 - 1.1 Zelar pela conservação das instalações e equipamentos da residência.
 - 1.2 Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas no presente regulamento.
 - 1.3 Aos serviços competirá, de igual modo, proceder aos registos e demais operações relacionadas com a entrada e saída dos residentes, nomeadamente:
 - i. confirmação do nome do(a) estudante(a) na lista / informação fornecida pelos serviços;
 - ii. designação do quarto a ocupar e registo da sua atribuição;
 - iii. concessão das chaves do quarto e da entrada do edifício;
 - iv. concessão da roupa de cama e de banho (se o residente o assim desejar);
 - v. facilitar o acesso a uma cópia do regulamento;
 - vi. efetuar vistoria conjunta ao quarto com o novo residente para assinatura do termo de responsabilidade, na altura da entrada e da saída da residência;
 - vii. receber, no ato da saída, as chaves e todo o material inicialmente fornecido pelos serviços.
2. O período de funcionamento decorrerá durante todo o ano civil, contudo:
 - 2.1. Durante o mês de agosto o/a(s) residente(s) interessado(s) em permanecer alojado/a(s) devem efetuar, por escrito e junto dos SASIPC, o(s) respetivo(s) pedido(s) até ao dia 30 de junho;
 - 2.2. O/a(s) estudante(s) autorizado(s) a permanecer no mês de agosto deve(m) liquidar impreterivelmente, junto dos SASIPC, até ao dia 31 de julho, a mensalidade respeitante e não ter dívidas de meses anteriores;
3. A limpeza dos espaços comuns das residências (sala de estudo, sala de convívio, corredores e lavandaria) será da responsabilidade dos SASIPC.

Artigo 6º

Direitos e Deveres



1. Direitos:

- 1.1. O(a) residente tem direito a receber no ato de entrada uma muda de roupa que incluirá: 2 lençóis, 1 fronha, 1 toalha de banho, 1 toalha de rosto, 1 almofada, 1 cobertor, 1 colcha. Caso pretenda prescindir deste direito, o(a) residente poderá utilizar a sua própria roupa de cama.
- 1.2. Caso a roupa de cama e atalhados seja pertença dos SASIPC o(a) residente tem direito a uma troca semanal em dia a definir pelos serviços.
- 1.3. O(a) residente tem o direito de utilizar e permanecer nas partes comuns dos pisos.
- 1.4. O(a) residente poderá receber visitas, devendo cingir a sua permanência às partes comuns da residência.
- 1.5. O(a) residente tem direito à intimidade pessoal e privacidade, pelo que os funcionários dos SASIPC apenas poderão entrar no quarto do residente na presença do mesmo ou com o delegado que os representa, ou na falta deste outro delegado da mesma residência.

2. Deveres:

- 2.1. No ato de entrada cada residente receberá uma chave do quarto e uma chave/cartão de entrada no edifício, que será obrigatoriamente devolvida no ato de saída do alojamento.
- 2.2. No ato de entrada cada residente deve tomar conhecimento do conteúdo do presente regulamento e preencher um *Termo de Responsabilidade* do qual constará o equipamento que lhe é distribuído e que deverá entregar (em boas condições) no ato de saída da residência ou no final do ano letivo.
- 2.3. O(a) residente é responsável pela boa ordem e conservação dos bens que utilize e pelos danos que provoque. Nos atos de entrada / saída da residência ou em caso de mudança na ocupação do quarto será efetuada uma vistoria, às instalações /equipamentos, pelo/a: delegado/a ; residente; e colaborador(a) dos SASIPC, sendo posteriormente lavrado um auto de saída assinado pelas partes.
- 2.4. Os residentes devem, sempre que necessário, facilitar a atuação do pessoal dos SASIPC que se deslocam às residências em serviço, nomeadamente no acesso aos quartos para verificação dos mesmos, sem prejuízo do direito do nº 1, alínea 1.5, deste artigo.
- 2.5. O(a) residente deve manter sempre o quarto limpo e arrumado.
- 2.6. O(a) residente deve comunicar de imediato aos delegados / colaborador(a) responsável das residências dos SASIPC qualquer anomalia que detete na utilização do material ou do equipamento.
- 2.7. A manutenção da limpeza das cozinhas existentes, em cada piso, é da inteira responsabilidade dos residentes. A organização das escalas de limpeza é da completa responsabilidade dos delegados. A limpeza deverá incluir obrigatoriamente: bancas, frigorífico, fogão, micro-ondas, forno, exaustor, azulejos da parede e chão.
- 2.8. O(a) residente deverá comunicar aos SASIPC, no prazo de 30 dias, qualquer alteração da situação socioeconómica do seu agregado familiar, suscetível de alterar a análise processual e consequentemente a sua condição (*bolseiro ou não bolseiro*).
- 2.9. Os residentes deverão abster-se de praticar atos que perturbem a vida normal dos outros residentes, nomeadamente, barulho durante a noite (das 22h às 10h) em qualquer local da residência.
- 2.10. Os residentes deverão responsabilizar-se pela recolha seletiva do lixo das cozinhas.

Artigo 7º

Delegados dos residentes

1. Nas residências existe 1 delegado por ala nas R1 e R2, 1 delegado por piso em cada bloco das R3 e 1 delegado por casa nas R4.
2. Os delegados serão eleitos anualmente, no máximo até ao último dia útil do mês de outubro.

3. O(a) delegado(a) de residentes exerce funções de representação e de execução.

3.1. Funções de Representação:

- a. Representar os residentes junto dos SASIPC;
- b. Colaborar com os SASIPC em tudo o que respeite ao funcionamento interno da residência;
- c. Contribuir para a resolução de eventuais conflitos existentes entre residentes;
- d. Desenvolver iniciativas que, em conformidade com as orientações dos SASIPC, contribuam para manter as residências nas condições mais adequadas à sua utilização;
- e. Participar ao pessoal dos SASIPC todos os atos ocorridos e que sejam suscetíveis de colocar em causa o bom funcionamento das residências;
- f. Proceder à gestão de eventuais equipamentos logísticos fornecidos pelos SASIPC e de usufruto dos residentes;

3.2. Funções de Execução

- a. Proceder à convocação / realização de reuniões mensais entre os seus representados;
- b. Proceder ao pedido de reuniões com os representantes dos SASIPC, sempre que o motivo o justificar;
- c. Pronunciar-se em questões disciplinares relativamente a residentes sempre que solicitados pelos SASIPC;
- d. Participar na análise dos problemas de interesse geral que possam afetar ou alterar as condições normais do alojamento;
- e. Proceder à definição e divulgação de regras e normas internas de organização de forma a assegurem e promoverem o bom funcionamento interno da residência.

4. Apoio aos delegados

- a. Os SASIPC concedem apoio em espécie aos delegados.
- b. O valor do apoio a conceder equivale à mensalidade que o(a) residente teria que liquidar.

5. Processo Eleitoral dos delegados

5.1 Cabe aos SASIPC estabelecer e divulgar as datas para a eleição de um(a) novo(a) delegado(a).

5.2. Para a eleição do(a) delegado(a) terão de estar, no mínimo, reunidos dois terços das pessoas residentes (à data da eleição).

5.3. Para a eleição dos novos delegados poderão votar todos os residentes à data através de voto secreto.

6. A tomada de posse do(a) novo(a) delegado(a) deve ser acompanhada por uma ata elaborada pelo antigo(a) delegado(a), na qual devem constar (obrigatoriamente) os seguintes elementos: nome(s) do(s) sucessor(es), assinatura de todos os presentes no ato eleitoral, número de votos e sua distribuição, no caso dos delegados.

7. O(a) ex-delegado(a) deve transferir para o seu sucessor toda a documentação que lhe é destinada designadamente: atas de reuniões da residência, atas do conselho de delegados/comissão de representantes de residentes e avisos informativos dos SASIPC

8. O(a) delegado(a) cessante deve entregar, junto dos SASIPC, a ata de eleição até ao dia 1 de novembro do ano civil em curso.

9. Os delegados só podem ser eleitos por dois mandatos consecutivos.

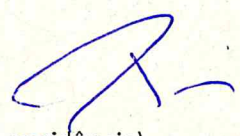
Artigo 8º

Disciplina

1. Infrações

1.1. Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo (a) residente, com violação dos deveres decorrentes da qualidade de residente e referidos no ponto 2 do art. 6º, ou outros, tais como:

- a. Facultar a entrada a não residentes com prejuízo do estabelecido no ponto 1.4 do art. 6º;

- 
- b. Conceder, seja a que título for, alojamento no quarto (ou em outros espaços da residência) a terceiros;
 - c. Praticar qualquer ato que se integre no âmbito do direito penal, nomeadamente, a posse de qualquer tipo de armas, materiais explosivos ou substâncias tóxicas, inflamáveis ou perigosas para a saúde e segurança da residência e dos residentes, prática de jogos de azar e o consumo ou tráfico de estupefacientes;
 - d. Consumir ou ser reincidente no consumo em excesso de bebidas alcoólicas;
 - e. Fumar no interior da residência;
 - f. Ser proprietário de animais no espaço da residência;
 - g. Praticar quaisquer atos de incorreção para com outros residentes e trabalhadores dos SASIPC ou qualquer comportamento não compatível com o ambiente de estudo e convívio;
 - h. Utilizar – nos espaços comuns e quartos – aparelhagens de som, instrumentos musicais ou dispositivos eletrónicos/informáticos com volume demasiado alto perturbando, desta forma, o normal funcionamento da residência. O uso de qualquer aparelho supra mencionado é interdito no período compreendido entre as 22.00 horas e as 10.00 horas;
 - i. Equipar os quartos com eletrodomésticos de uso habituais e geralmente existentes nos espaços comuns (*frigoríficos ou aparelhos de televisão, por exemplo*).
 - j. Danificar eletrodomésticos, mobiliário, dispositivos informáticos ou quaisquer outros bens dos SASIPC ou dos outros residentes;
 - k. Pendurar/afixar quadros, colar cartazes/autocolantes/outras objetos ou proceder a pinturas que danifiquem as paredes do quarto vs zonas comuns, exceto, nos espaços designados, pelos SASIPC, para o efeito;
 - l. Lavar/tratar/estender a roupa fora dos locais destinados para tal fim;
 - m. Trocar de mobiliário das divisões comuns pelo do quarto ou mudá-lo do lugar, sem consentimento prévio dos SASIPC;
 - n. Realizar festas/convívios/jantares sem autorização prévia dos SASIPC.

2. Penalizações

2.1. Do incumprimento das normas estabelecidas no presente regulamento decorre a instauração de um procedimento disciplinar sendo as sanções aplicáveis as seguintes:

- I. Advertência oral;
- II. Advertência escrita;
- III. Suspensão até um ano (de habitar na residência);
- IV. Perda definitiva do direito de residência;
- V. Com exceção das faltas cometidas nos termos das alíneas b), c), d), e) e g) do número 1, à primeira infração corresponderá a aplicação da pena de repreensão oral. A segunda infração será punida com a pena de repreensão escrita. Estas penas aplicam-se de igual modo, à violação dos deveres previstos em 2.4., 2.5., 2.6., 2.7. e 2.9. do artigo 6º.

2.2. As faltas referidas nas alíneas b), c), d), e) e g) do número 1, sem prejuízo da aplicação de outras penas legais, serão punidas com a pena de suspensão ou perda definitiva do direito de residência.

2.3. A destruição, mau uso ou desvio de equipamento da residência implica o pagamento do respetivo prejuízo pelo seu causador. Caso não seja possível identificar o seu autor, todos os residentes terão que suportar proporcionalmente o prejuízo.

3. Conselho disciplinar

3.1. Conselho Disciplinar das Residências do IPC é o órgão competente para aplicação da disciplina, dispondo do poder de punir.

3.2. O Conselho Disciplinar terá a seguinte composição:

- i. O Administrador dos SASIPC, que presidirá;
- ii. A Técnica de Serviço Social destacada para a unidade de ensino que o(a) residente frequenta;
- iii. A Técnica de Serviço Social responsável pela Residência/Bloco/Edifício em que o(a) residente habita;

- iv. O delegado da ala/ bloco do(a) residente;
- v. O(a) colaborador(a) dos SASIPC responsável pelo funcionamento da residência.

3.3. Conselho Disciplinar reunirá sempre que convocado pelo seu presidente.

Artigo 9º

Perda do direito de residência

1. Para além dos casos resultantes da aplicação das sanções previstas no artigo anterior, constitui ainda motivo para perda do direito de residência:
 - 1.1. Deixar de ser estudante do Ensino Superior;
 - 1.2. A não confirmação de ocupação do alojamento, no prazo definido pelos SASIPC;
 - 1.3. A prestação de falsas declarações nos processos de candidatura a benefícios sociais;
 - 1.4. A falta de pagamento do alojamento, conforme previsto no ponto 8 do artº 4º;
 - 1.5. O não pernoitar no quarto durante 5 dias úteis sem qualquer tipo de justificação junto dos SASIPC, com exceção dos períodos de férias escolares e épocas de exames (desde que não solicitadas e autorizadas pelos SASIPC).
 - 1.6. A conduta incompatível com o ambiente de estudo e convivência que se pretende criar na residência;
 - 1.7. A prática de infrações previstas cuja gravidade torne impossível a continuação da situação de residente;
 - 1.8. Três advertências escritas.
- 1.2. A aplicação de qualquer sanção ou o incumprimento comprovado de qualquer dos deveres constantes deste regulamento serão tidos em consideração para efeitos de atribuição de alojamento em caso de nova candidatura.

Artigo 10º

Disposições finais

1. Os casos não previstos no presente regulamento deverão ser devidamente analisados pela entidade competente mediante a apresentação, junto dos SASIPC, de requerimento.
 2. Os SASIPC salvaguardam o direito de proceder à substituição de qualquer delegado(a), sempre que, efetuadas as devidas averiguações se apure incumprimento das funções atribuídas ou qualquer outra situação incompatível com a responsabilidade inerente ao cargo assumido.
 3. O presente regulamento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua homologação.
- 